



Programa
Local de
Habitação
de Lisboa



CARTA DOS BIP/ZIP

Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa



Relatório

**Metodologia de identificação e construção
da carta dos BIP/ZIP**

Julho 2010

Índice

Síntese do Relatório	3
1. Enquadramento e conceito	5
2. Primeira abordagem à delimitação de BIP/ZIP	7
3. Segunda abordagem à delimitação de BIP/ZIP	9
3.1. Dimensão sócio-económica - construção do índice social	9
3.2. Dimensão ambiental.....	15
3.3. Dimensão urbanística - construção do índice urbano	16
3.4. Construção do índice composto - fractura sócio-territorial de Lisboa	21
4. Carta dos BIP/ZIP de Lisboa e consulta pública.....	25
Ficha Técnica.....	28
Anexo – Deliberação 363/CM/2010 de 14 de Julho	29

Síntese do Relatório

Metodologia de Identificação e construção da Carta dos BIP/ZIP

A proposta de um Programa para requalificação dos “bairros de intervenção prioritária” de Lisboa surge no âmbito dos objectivos do Programa Local de Habitação (PLH), aprovados pelos órgãos autárquicos no final de 2009.

A primeira tarefa implicava a construção do conceito de Bairro de Intervenção Prioritária, que foi trabalhado a partir da definição de “Bairro Crítico” (Resolução do Conselho de Ministros 142/2005 de 2 de Agosto), em conjugação com a pesquisa de indicadores sócio-económicos, urbanísticos e ambientais. Evoluiu-se depois para uma definição mais fina, que inclui não apenas Bairros de Intervenção Prioritária (BIP), mas também Zonas de Intervenção Prioritária (ZIP).

Como primeira abordagem à delimitação de BIP/ZIP, foram transpostas para suporte cartográfico várias delimitações municipais existentes susceptíveis de serem enquadradas no conceito de Bairro Prioritário e que já tinham sido identificadas no âmbito do PLH. As delimitações consideradas foram as seguintes:

1. ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
2. AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal
3. Bairros Municipais (sob gestão da GEBALIS) com problemáticas especiais
4. Zonas Remanescentes do PIMP e do PER (Programas Especiais de Realojamento)
5. Bairros ex-SAAL com problemas graves pendentes
6. Área de intervenção da SRU Ocidental – Soc. de Reabilitação Urbana Ocidental
7. Área de intervenção do Programa Viver Marvila

Como segunda abordagem à delimitação de BIP/ZIP, utilizou-se o seguinte método analítico: foram seleccionados vários indicadores relevantes para identificar as situações mais críticas nas dimensões sócio-económica, urbanística e ambiental, o que permitiu construir um **índice social** e um **índice urbano** com expressão gráfica à escala de quarteirão (subsecção estatística). A análise cartográfica foi complementada

com dados à escala da freguesia. Não foi possível, com os dados disponíveis, construir um índice ambiental.

O índice social e o índice urbano foram trabalhados em conjunto, devidamente filtrados, permitindo a criação de um **índice composto** que sintetiza as ocorrências mais críticas nas dimensões sócio-económica e urbanística.

Da sobreposição cartográfica deste índice composto com as delimitações municipais já analisadas, resulta a determinação de uma “mancha” na cidade que define a sua **fractura sócio-territorial**, evidenciando assim as áreas da cidade onde, com maior probabilidade, se encontram os bairros e zonas de intervenção prioritária.

Sobre esta mancha fez-se uma primeira identificação, empírica, de 50 bairros. A metodologia usada e a lista de bairros identificados foram sujeitas a três workshops participativos, envolvendo os serviços e empresas municipais, as comissões permanentes da Assembleia Municipal de Habitação e Urbanismo, as juntas de freguesia e associações de moradores dos bairros identificados, tendo-se procedido no final a um alargamento da lista inicial para os actuais **61 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária** incluídos na **Carta dos BIP-ZIP** aprovada pela CML para submissão a consulta pública até 30 de Setembro.

1. Enquadramento e conceito

O Programa Local de Habitação (PLH) de Lisboa, aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em finais de 2009, define as prioridades estratégicas da política de habitação do município para os próximos 4 anos.

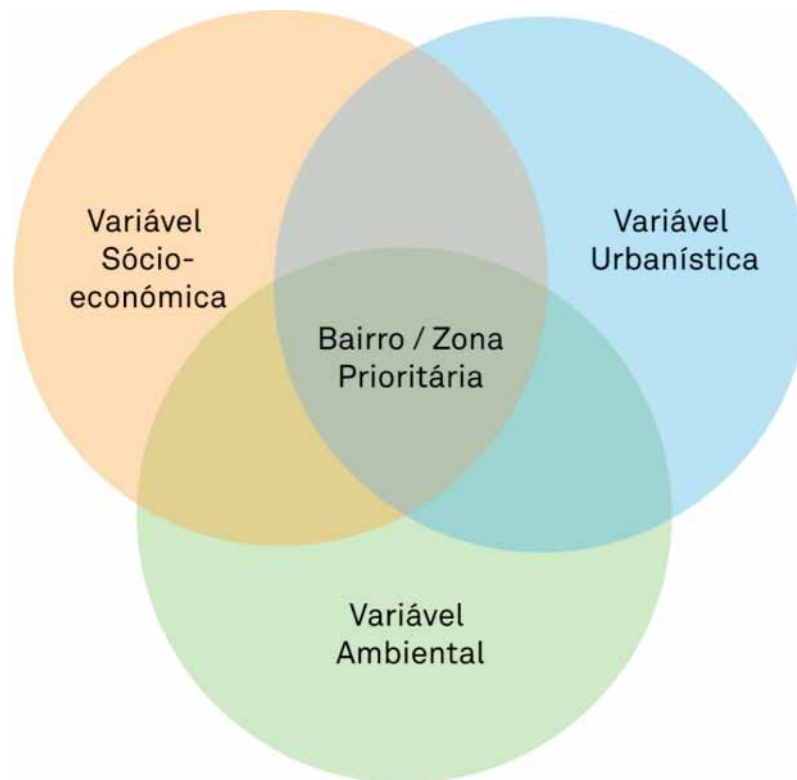
Entre os 8 objectivos do PLH figura o objectivo B - **“Melhorar a qualidade da vida urbana e a coesão territorial”** (enquadrado no objectivo geral **“Melhorar a cidade”**), já que a habitação não se resume ao espaço da casa mas implica tudo o que está à volta.

Melhorar a cidade	A. Melhorar a qualidade do parque habitacional (público e privado)
	B. Melhorar a qualidade da vida urbana e coesão territorial
	C. Promover a coesão social
Atrair nova população	D. Adequar a oferta à procura de habitação
	E. Poupar recursos (tempo, energia, dinheiro)
Passar da crise à oportunidade	F. Dar prioridade à reabilitação
	G. Garantir solos necessários para reabilitar Lisboa
	H. Promover administração aberta

Para a concretizar este objectivo, o PLH incluiu, no seu Programa de Acção **“Regeneração e Requalificação dos Bairros”**, um subprograma de acção intitulado **“Regeneração de Bairros de Intervenção Prioritária”**.

E o que são os Bairros de Intervenção Prioritária (BIP)? São bairros onde se concentram carências sociais, casas degradadas ou falta de equipamentos e transportes e que por isso precisam de uma intervenção prioritária do Município. A identificação destes bairros em Lisboa levou-nos a considerar também **“Zonas de Intervenção Prioritária”** (ZIP), que não reúnem características de **“bairro”** mas evidenciam problemáticas semelhantes.

O Grupo de Trabalho do PLH procurou definir um conceito e uma metodologia para a identificação de “Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária”, considerando três grandes variáveis: a variável sócio-económica, a variável urbanística e a variável ambiental.



Trabalhou-se igualmente sobre o conceito de “Bairro Crítico” referido na Resolução de Ministros nº 143/2005 de 2 de Agosto, que passamos a citar: espaços urbanos “que, pela concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de oportunidades (...) constituem o mais urgente desafio em termos de promoção da cidadania e da coesão social (...)”.

Este conceito envolve uma componente social, uma componente urbanística e parcerias entre a administração pública e a sociedade civil para as desejáveis operações de regeneração.

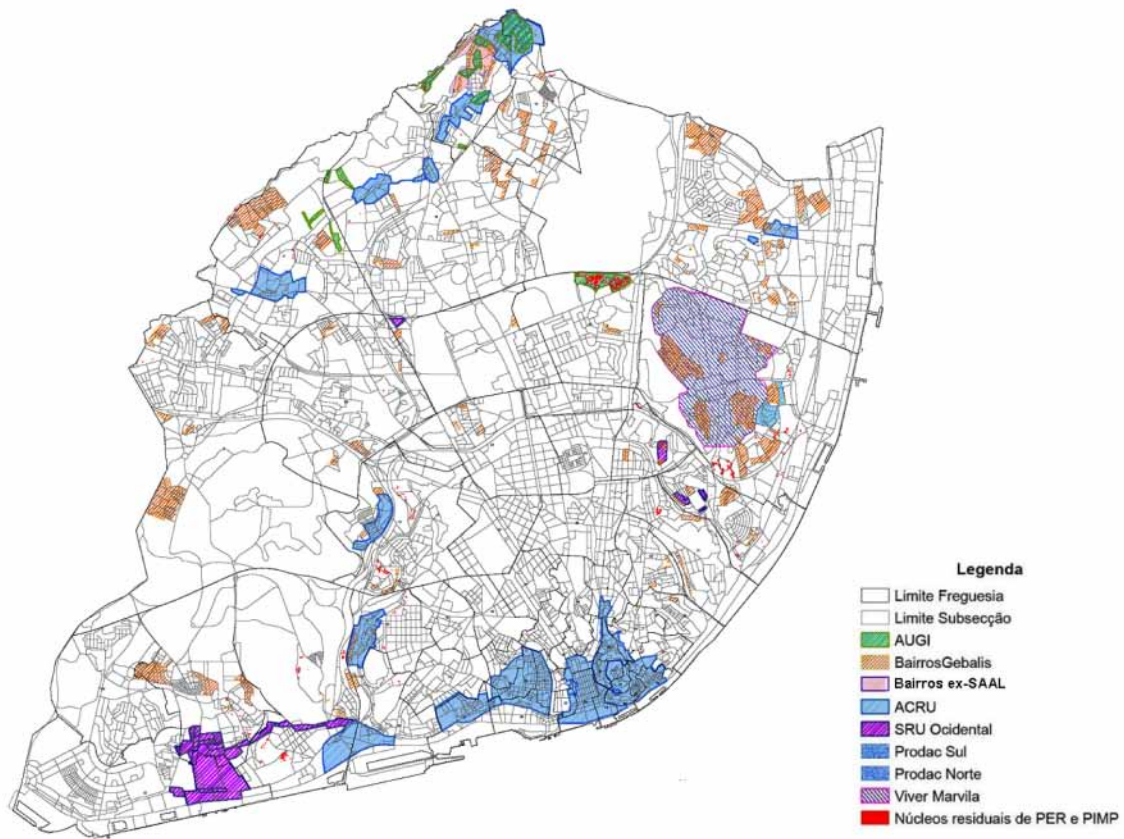
2. Primeira abordagem à delimitação de BIP/ZIP

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi constituído um grupo multidisciplinar alargado com técnicos de Departamentos distintos da Câmara, nomeadamente das Direcções Municipais de Habitação (DMH), Planeamento Urbanístico, Acção Social, Departamento de Planeamento Estratégico, Polícia Municipal e GEBALIS, coordenado pelo Grupo de Trabalho do Programa Local de Habitação da DMH.

Numa primeira abordagem, o Grupo de Trabalho do PLH cartografou todas as delimitações municipais que tinham sido referenciadas no relatório de diagnóstico do PLH¹ e que, à partida, já estavam identificadas como zonas que necessitavam de um tratamento diferente do resto da cidade.

As delimitações consideradas foram: as Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU); as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI); os bairros municipais sob gestão da GEBALIS onde existem maiores problemas sociais, económicos e urbanísticos; as zonas remanescentes dos programas de realojamento PIMP e PER; bairros onde se realizaram operações SAAL a seguir ao 25 de Abril mas que não viram os processos concluídos; a zona de intervenção da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana Ocidental; e ainda a zona da freguesia de Marvila onde se situam os bairros dos Lóios, Amendoeiras, Condado, Flamenga e Armador, para os quais existe um protocolo entre a CML e o IHRU para levar a cabo o programa “Viver Marvila”.

¹ Relatório da 1ª Fase do PLH, página 256 e seguintes, em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=401000100239,014>



Mapa 1 - Delimitações Municipais

3. Segunda abordagem à delimitação de BIP/ZIP

Numa segunda abordagem, procedeu-se à selecção de variáveis e indicadores estatísticos geo-referenciáveis que permitissem uma análise cartográfica e a construção de índices compostos, assentando nas três dimensões acima identificadas: sócio-económica, urbanística e ambiental.



3.1. Dimensão sócio-económica - construção do índice social

A escolha dos indicadores sociais e económicos, alguns dos quais já recolhidos e cartografados durante a 1ª fase de Diagnóstico do PLH, foi completada com dados de 2009 relativos às prestações sociais ao nível de freguesia: o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Complemento Solidário de Idosos (CSI) e os diferentes Subsídios de Desemprego. Foi ainda tido em consideração um mapa da PSP com a identificação de “zonas urbanas sensíveis”, onde se verifica uma maior concentração de episódios de insegurança e criminalidade.

Os dados recolhidos e respectivas fontes estão indicados no esquema seguinte:

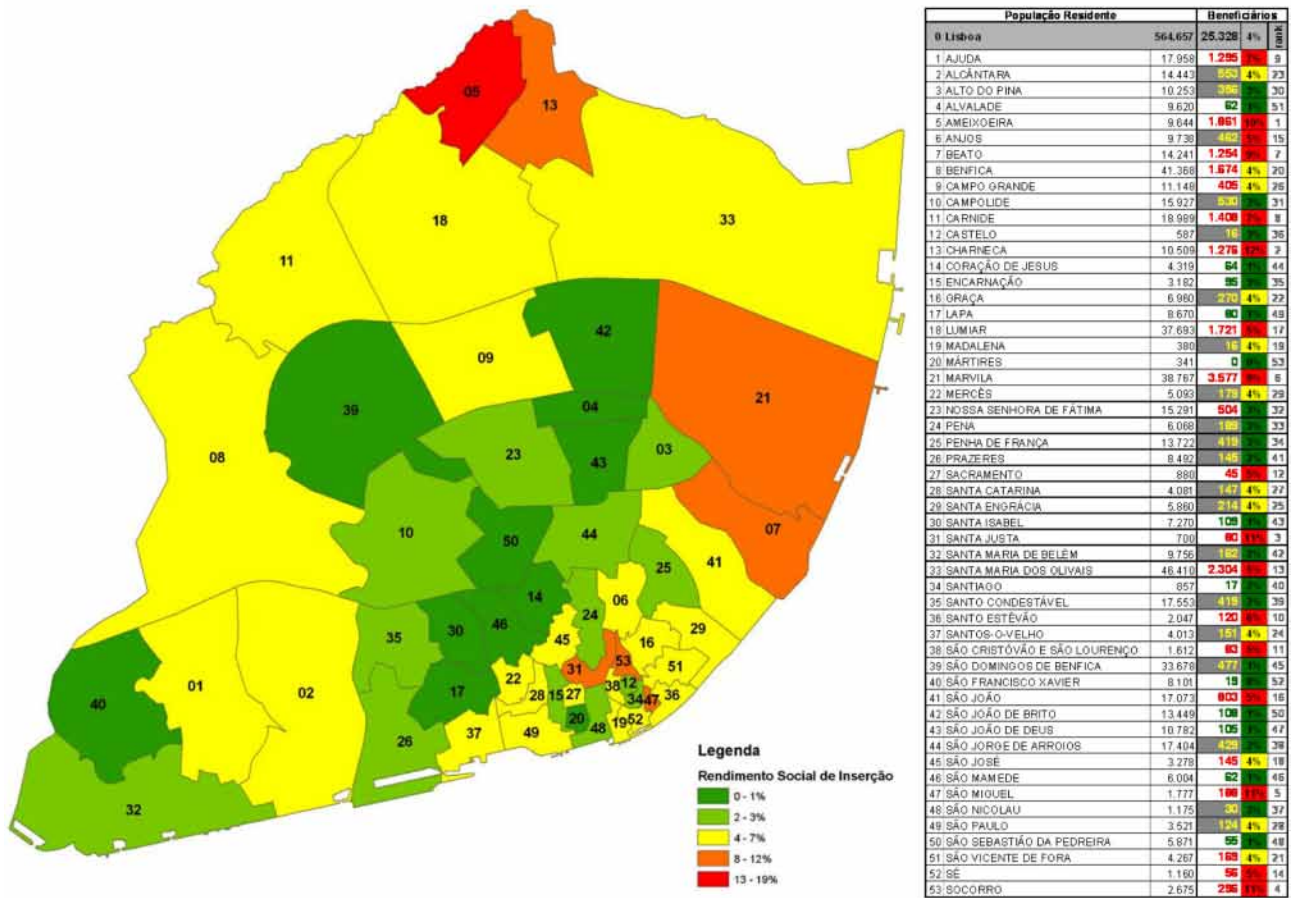
		Fontes:
Indicadores Sociais	Concentração da população não empregada	INE - Censo 2001 Atlas PLH
	Concentração da população residente menos qualificada	INE - Censo 2001 Atlas PLH
	Concentração de residentes emigrantes	INE - Censo 2001 Atlas PLH
	Índice de envelhecimento	INE - Censo 2001 Atlas PLH
	Prestações sociais (RSI, CSI e SD)	MTSS 2009
	Sentimento de segurança (zonas urbanas sensíveis)	PSP - 2009
Indicadores Económicos	Áreas com falta de segurança	Juntas de freguesia PLH 2010 (em recolta)
	Emprego / Balanço social de empresa	dados não disponíveis
	Rendimento dos residentes por escalão de IRS	dados não disponíveis
	Valor patrimonial das fracções	DGITA-MF 2008 Atlas PLH

A cartografia elaborada a partir dos dados do Censo de 2001 pode ser consultada no Atlas do PLH².

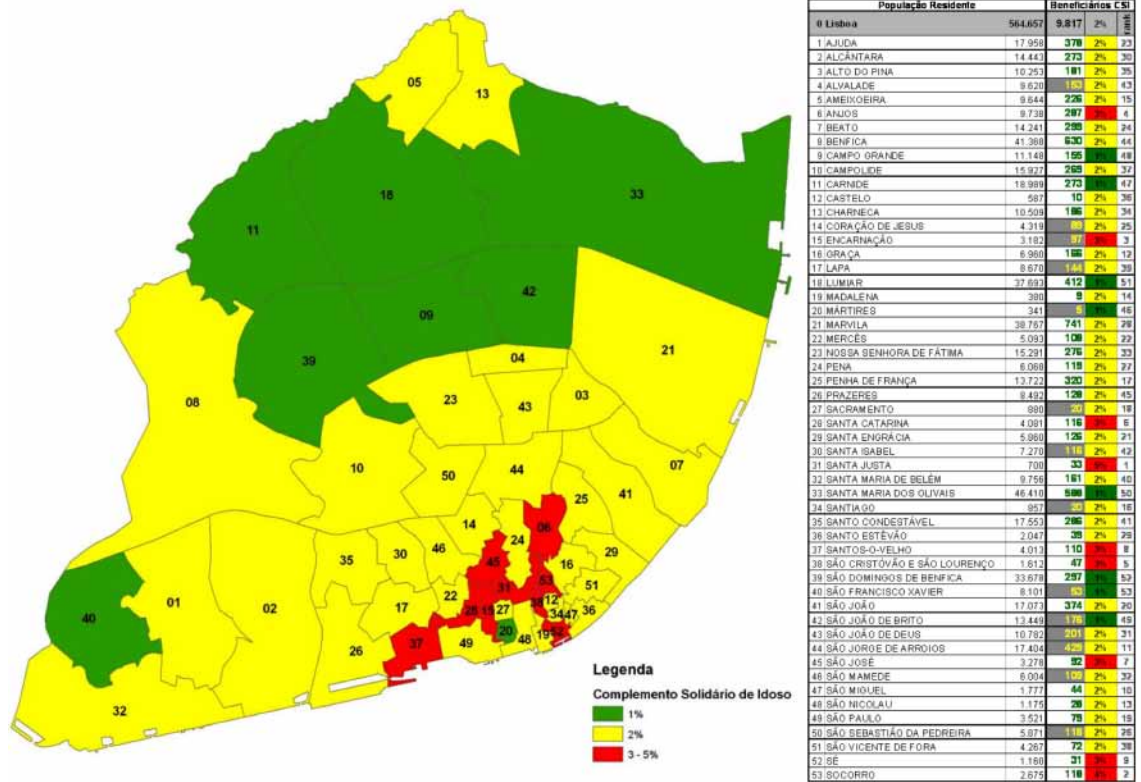
Os dados sobre prestações sociais permitiram cartografar a sua concentração por freguesia. As freguesias que aparecem a vermelho nos mapas seguintes são as que apresentavam, em Dezembro de 2009, uma concentração mais forte. No que respeita ao RSI, a Ameixoeira surge com uma concentração mais elevada, seguida da Charneca, Marvila e Beato, bem como de freguesias mais pequenas da área histórica, como Santa Justa, Socorro e São Miguel. Em relação ao Complemento Solidário de Idosos, as maiores concentrações verificam-se nas freguesias históricas envelhecidas, como Santos-o-Velho, Sta. Catarina, Encarnação, S.José, Anjos, S. Cristóvão e S. Lourenço, Sé e, de novo, Santa Justa e Socorro, que são também as freguesias com maior concentração de subsídios de desemprego.

Somando a totalidade das prestações sociais por freguesia, verifica-se que é nas freguesias da Ameixoeira, Santa Justa e Socorro que se verificam as maiores concentrações: enquanto a concentração média de população dependente das prestações sociais é de 10% na cidade, naquelas freguesias atinge os valores de 28, 24 e 23%, respectivamente.

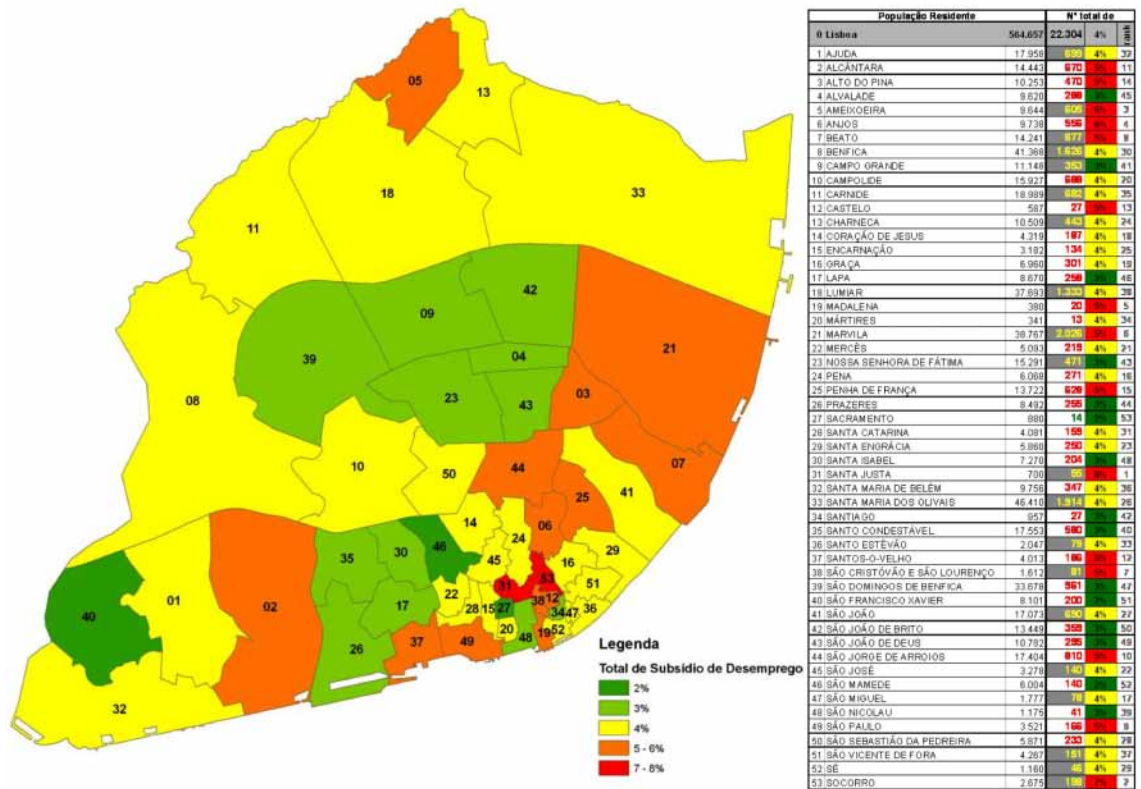
² Disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=402000100242,000>



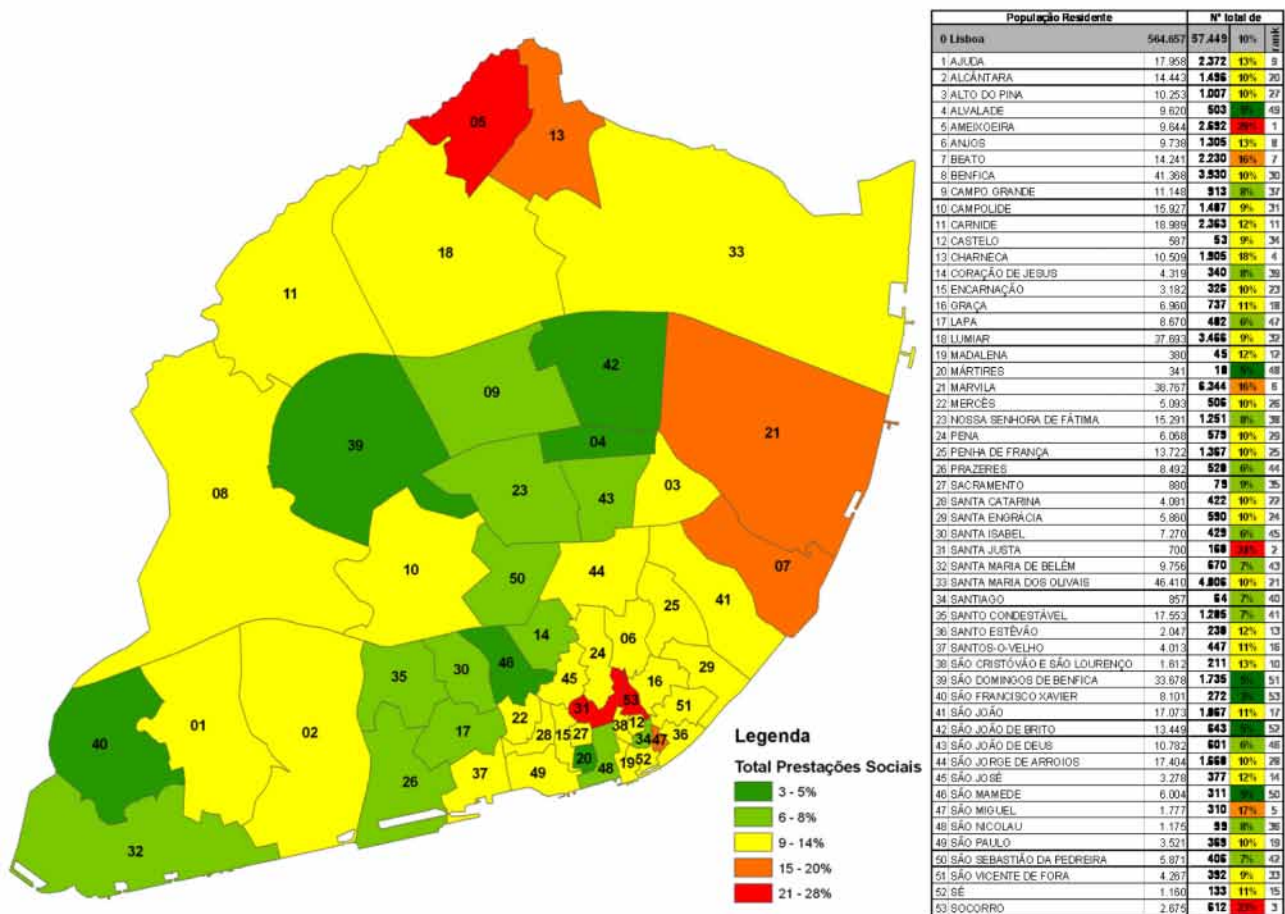
Mapa 2 – Concentração de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção



Mapa 3 - Concentração de Beneficiários do Complemento Social de Idosos



Mapa 4 - Concentração de Beneficiários de Subsídios de Desemprego



Mapa 5 - Concentração de Beneficiários de Prestações Sociais

Para melhor visualizar a variável sócio-económica no tecido da cidade, procurou-se construir um **índice social** a partir dos dados desagregados por subsecção estatística (equivalente ao quarteirão) que se consideraram mais significativos. A escolha recaiu na concentração de população não empregada e na concentração de população menos qualificada. Não sendo acessíveis os dados relativos a rendimentos, estas concentrações são sempre sintomáticas de populações com rendimentos muito baixos.

Indicadores considerados:

Concentração da população não empregada

$$= \frac{\text{População residente - indivíduos residentes empregados}}{\text{Total de população residente}}$$

Concentração da população residente menos qualificada

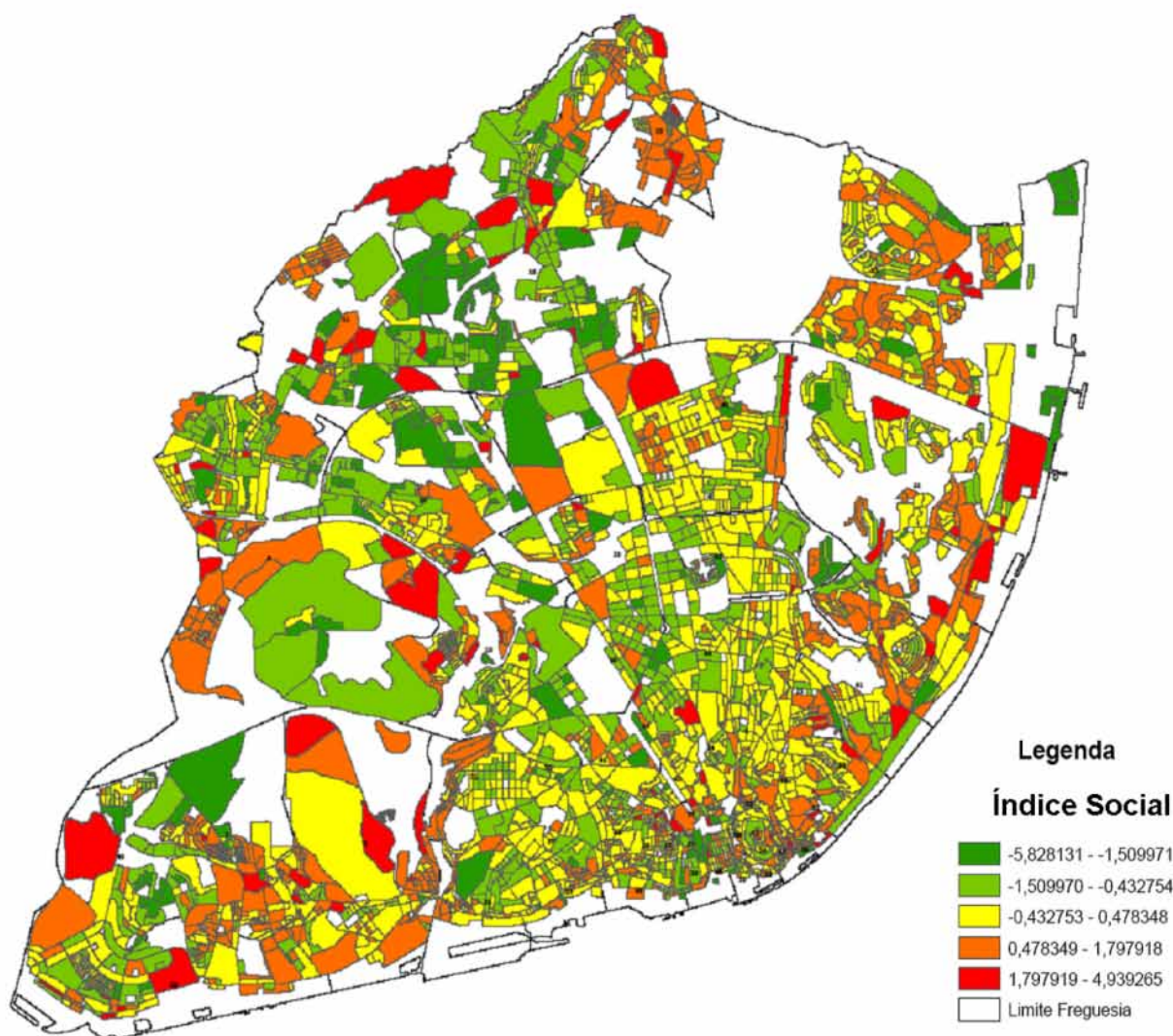
$$= \frac{\text{População residente com estudos até o 9º ano}}{\text{Total de população residente}}$$

A partir destas fórmulas, calculou-se o índice social do seguinte modo:

Construção do Índice Social:

Concentração de população não empregada + Concentração de população residente menos qualificada

Para evitar distorções, foi feita a seguinte filtragem: eliminação de subsecções estatísticas cujo total de edifícios é menor ou igual a 2 e cuja população residente é menor ou igual a 5. O resultado final do índice social por subsecção estatística é o que se pode ver no mapa seguinte.



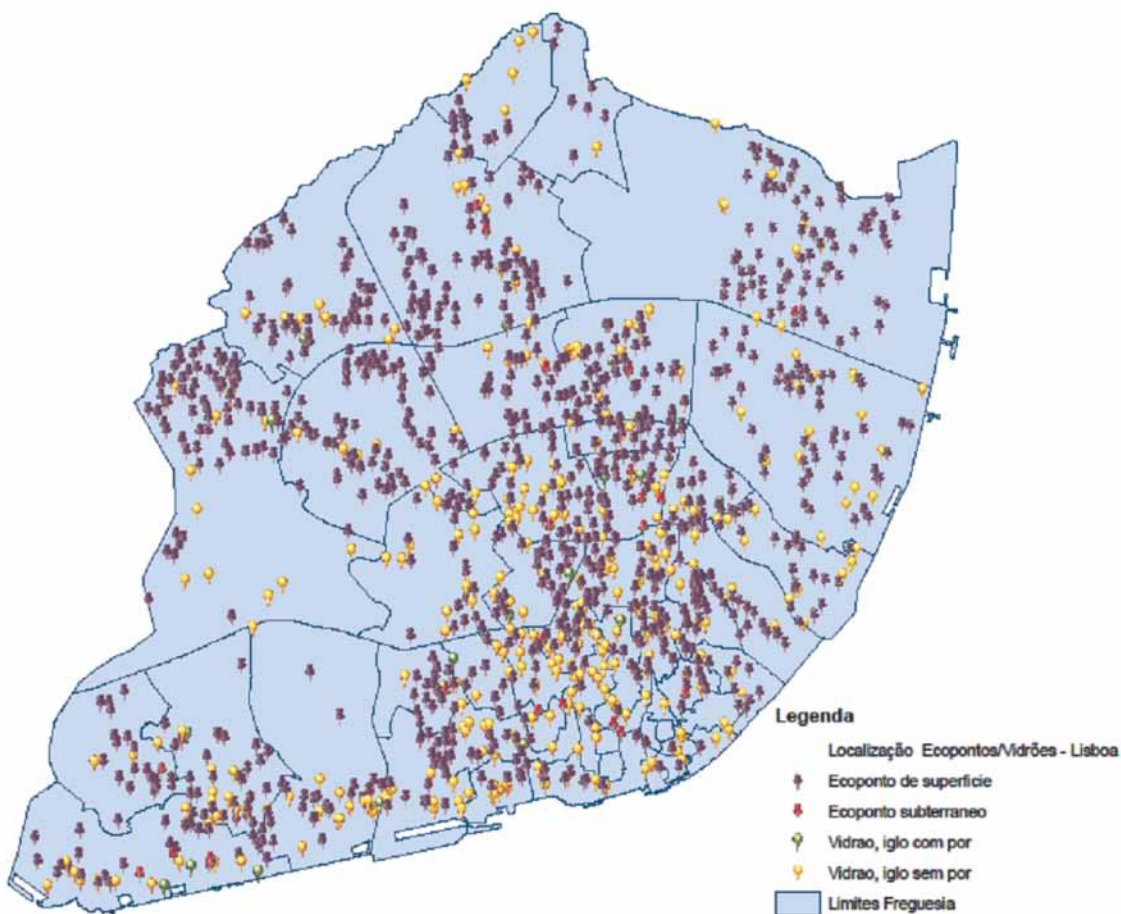
Mapa 6 - Índice Social

3.2. Dimensão ambiental

Os indicadores seleccionados foram os que constam da lista seguinte:

Indicador Ambiental	Cobertura da rede de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos	Fontes: CML 2010 Cartas PLH
	Estado de conservação do espaço público	Juntas de Freguesia PLH 2010 (em recolha)
	Áreas com iluminação deficiente	Juntas de Freguesia PLH 2010 (em recolha)

A cobertura da rede de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos está cartografada no mapa seguinte:

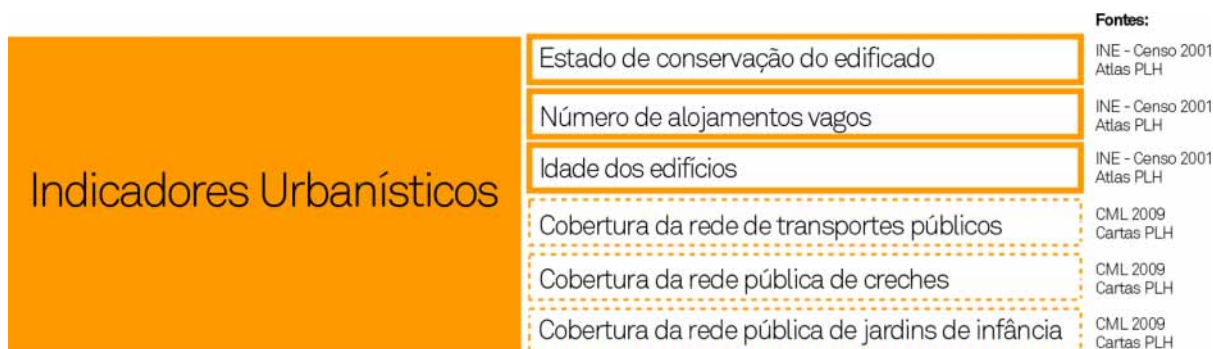


Mapa 7 – Cobertura da Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos

Os restantes dados ainda não estão completamente recolhidos, pelo que não foi possível construir, nesta fase, um índice ambiental.

3.3. Dimensão urbanística - construção do índice urbano

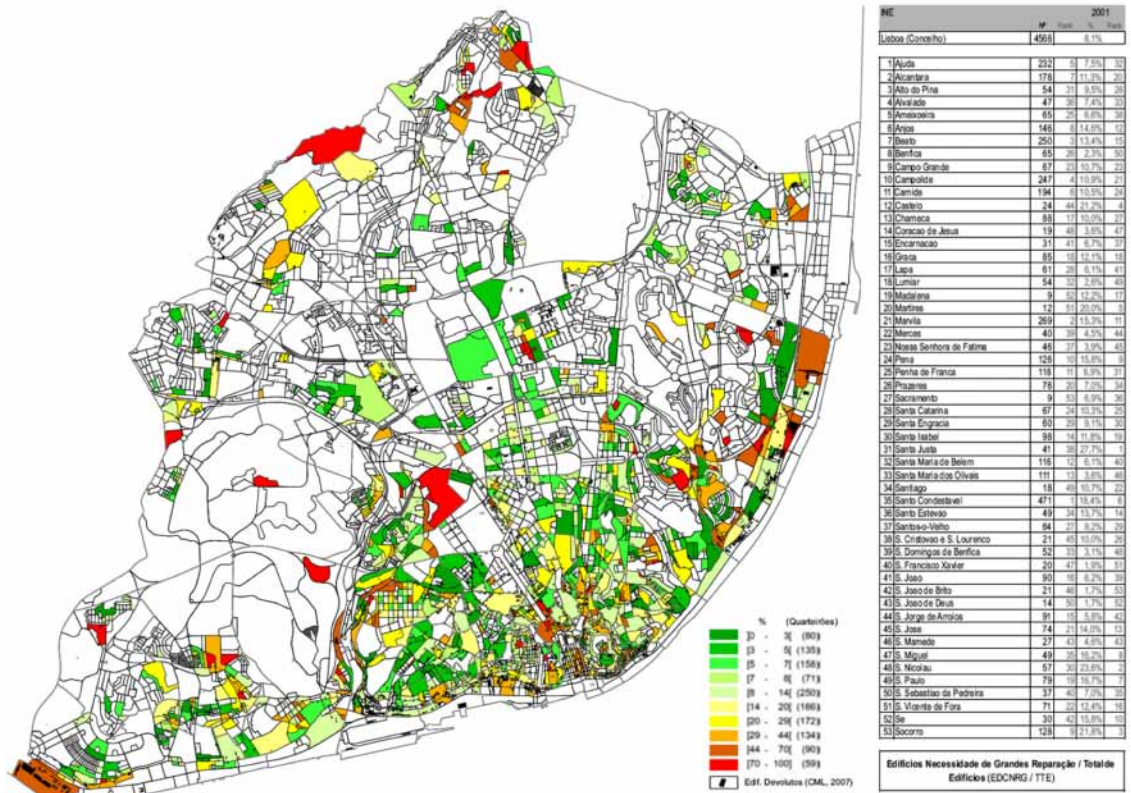
Para avaliar a variação da dimensão urbanística no tecido da cidade, utilizaram-se os seguintes indicadores: estado de conservação do edificado, número de alojamentos vagos, idade dos edifícios, cobertura da rede de transportes públicos, cobertura da rede pública de creches e cobertura da rede pública de jardins de infância.



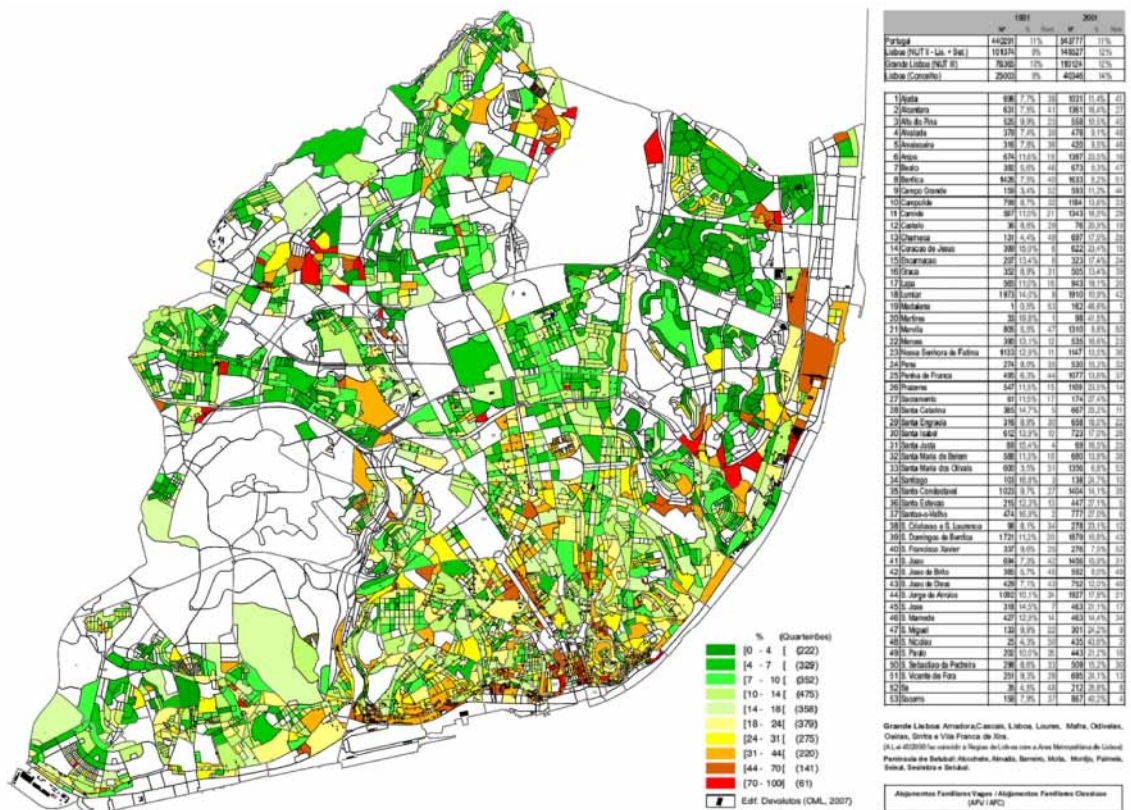
A cartografia relativa ao estado de conservação do edificado, número de alojamentos vagos e idade dos edifícios faz parte do Atlas do PLH³, que aqui reproduzimos. A restante cartografia foi elaborada a partir da Carta de Cobertura da rede Metro-Carris de Lisboa⁴ e das Cartas de Equipamentos produzidas pelo Departamento de Planeamento Estratégico da CML, sob a forma de cartas de calor, em que a cor azul revela os locais com maior deficit, isto é, mais “frios”.

3 Atlas do PLH, em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=402000100242,000>

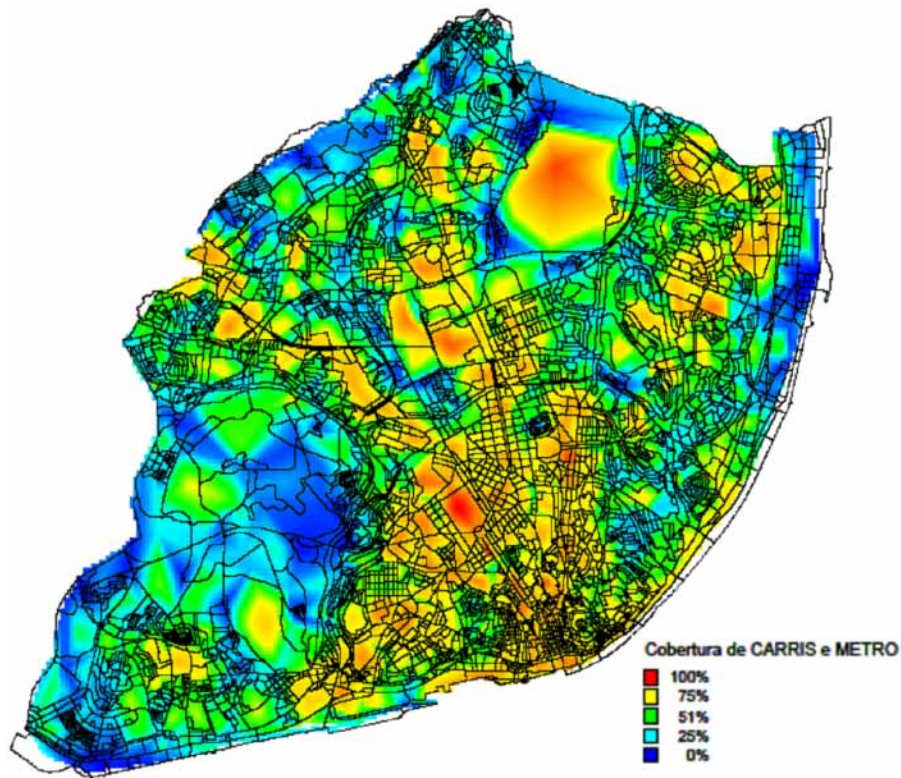
4 Cartas PLH, em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=402000100318,000>



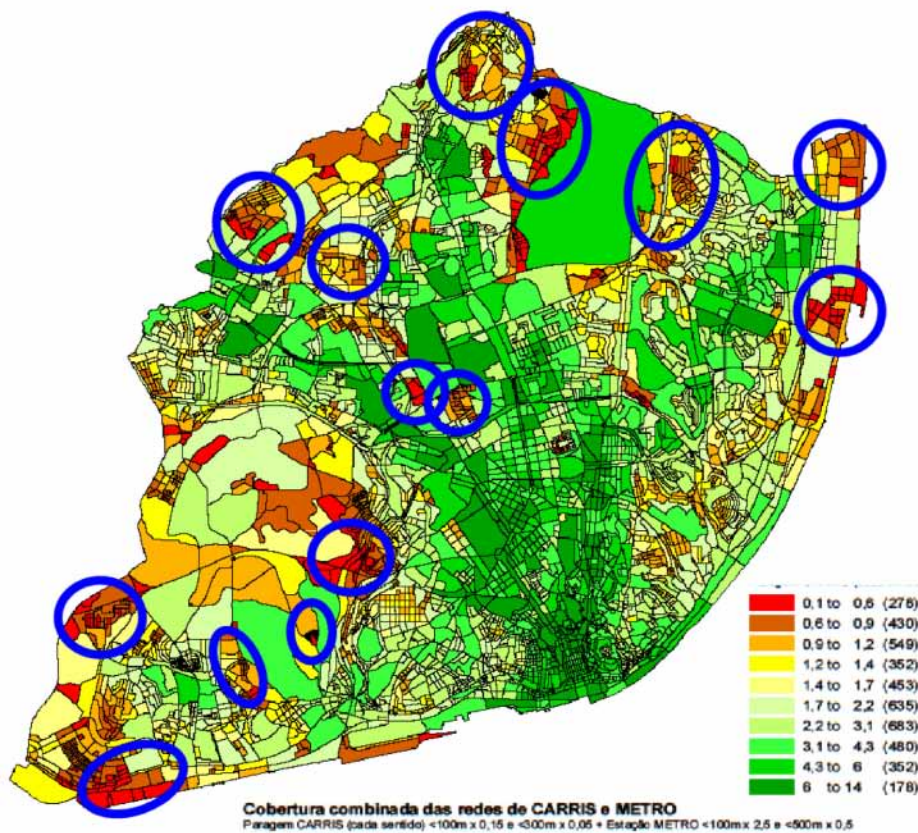
Mapa 8 - Concentração de Edifícios com Necessidade de Reparação



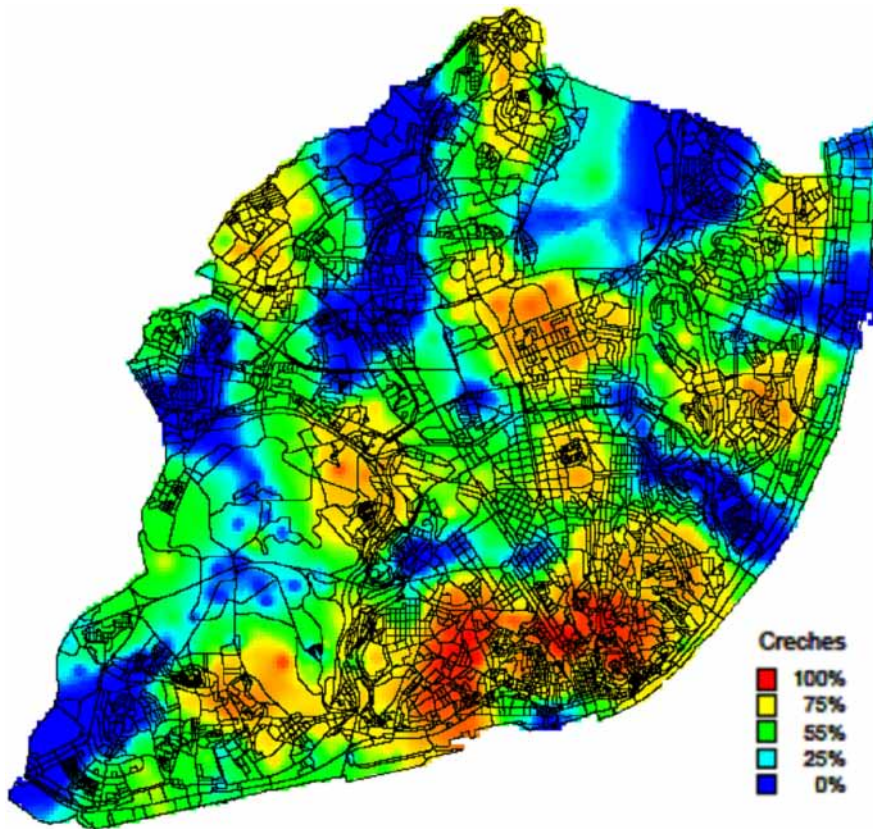
Mapa 9 - Concentração de Alojamentos Vagos



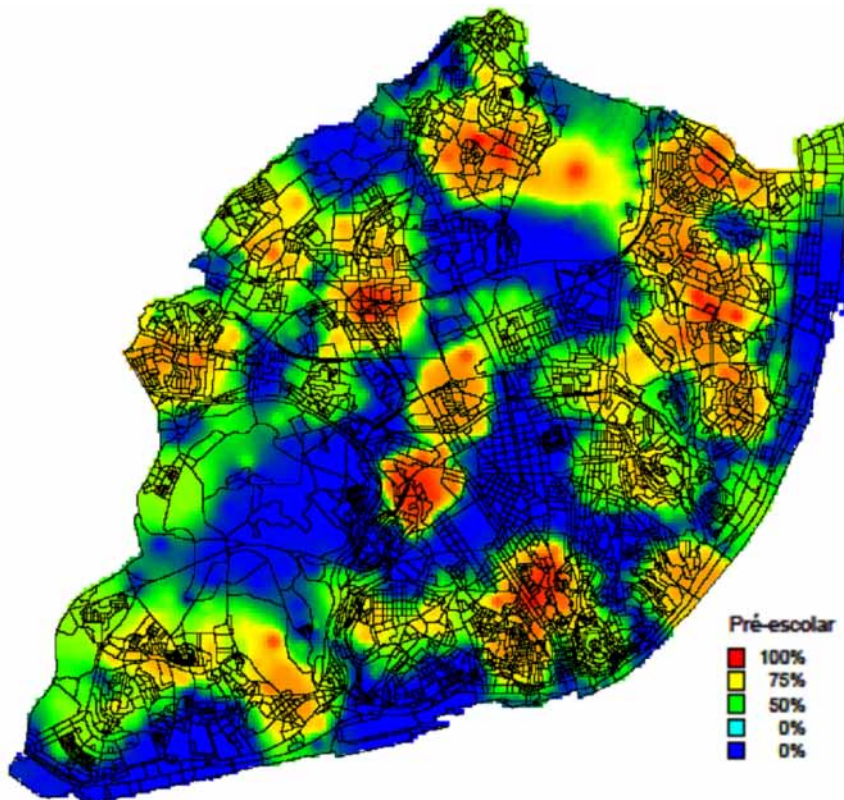
Mapa 10 - Cobertura da Rede de Transportes Públicos Metro e Carris



Mapa 11 - Cobertura da Rede de Transportes Públicos



Mapa 12 - Cobertura de Equipamentos de Proximidade – Creches



Mapa 13 - Cobertura de Equipamentos de Proximidade – Pré-escolar

A partir dos dados recolhidos tentou-se construir um **índice urbano** que pudesse, de certo modo, “medir” as carências urbanísticas em toda a cidade. Os indicadores considerados foram: a taxa de esforço de recuperação de edifícios, calculada de acordo com fórmula abaixo indicada, a concentração de alojamentos vagos e a idade média dos edifícios. Assim:

Indicadores considerados:

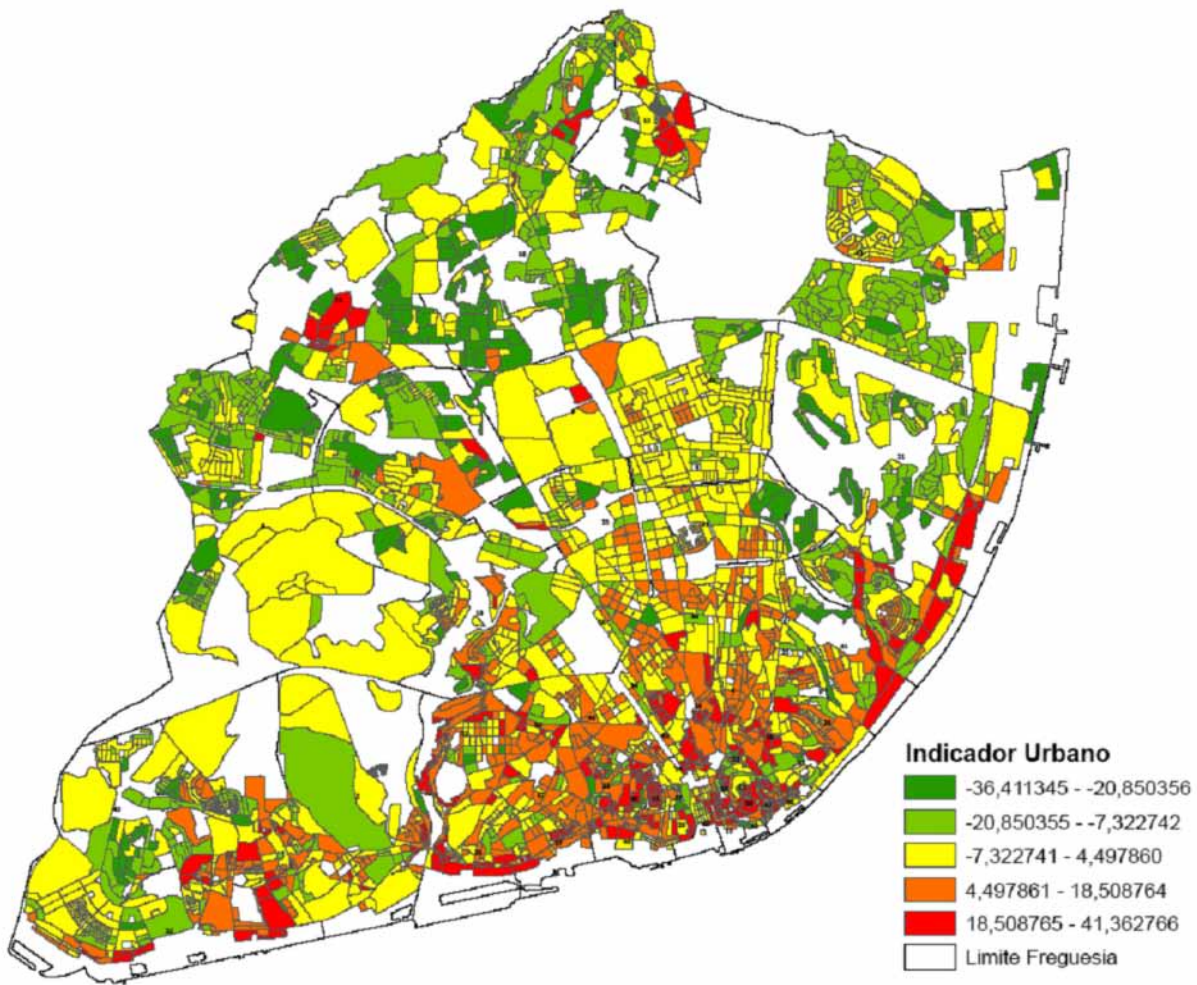
Taxa de esforço de recuperação de edifícios	$= \frac{\text{necessidade de reparação média} + 2x \text{ necessidade reparação grande} + 3x \text{ edifícios muito degradados}}{\text{Total de edifícios clássicos de residência habitual}}$
Concentração de alojamentos vagos	$= \frac{\text{Alojamentos vagos}}{\text{Total de alojamentos}}$
Idade média dos edifícios	$= \frac{E1919 \times (2010-1919) + E1945 \times (2010-1945) + (\dots) + E2001 \times (2010-2001)}{\text{Total de edifícios}}$

O **índice urbano** foi construído a partir destes indicadores, de acordo com a seguinte fórmula:

Construção do Índice Urbano:

$$\text{Taxa de esforço de recuperação de edifícios} + \text{Concentração de alojamentos vagos} + \text{Idade média dos edifícios}$$

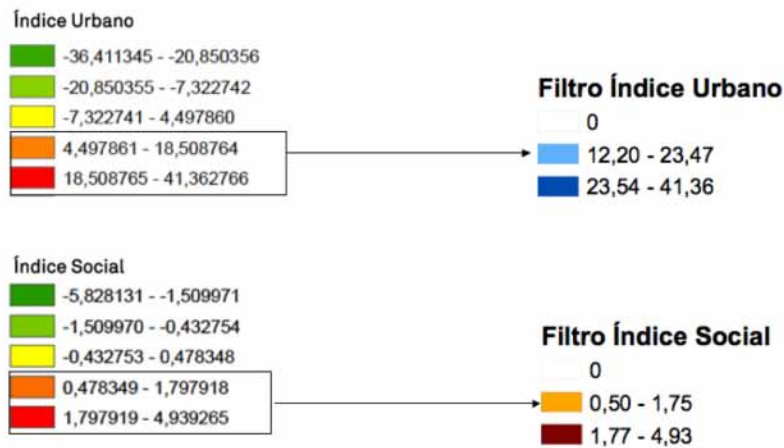
Para evitar distorções, procedeu-se a uma filtragem que eliminou todas as subsecções estatísticas com um total de edifícios inferior a 2 e com população residente inferior a 5. O resultado final cartografado do índice urbano, por subsecção estatística, é o que consta do mapa seguinte.



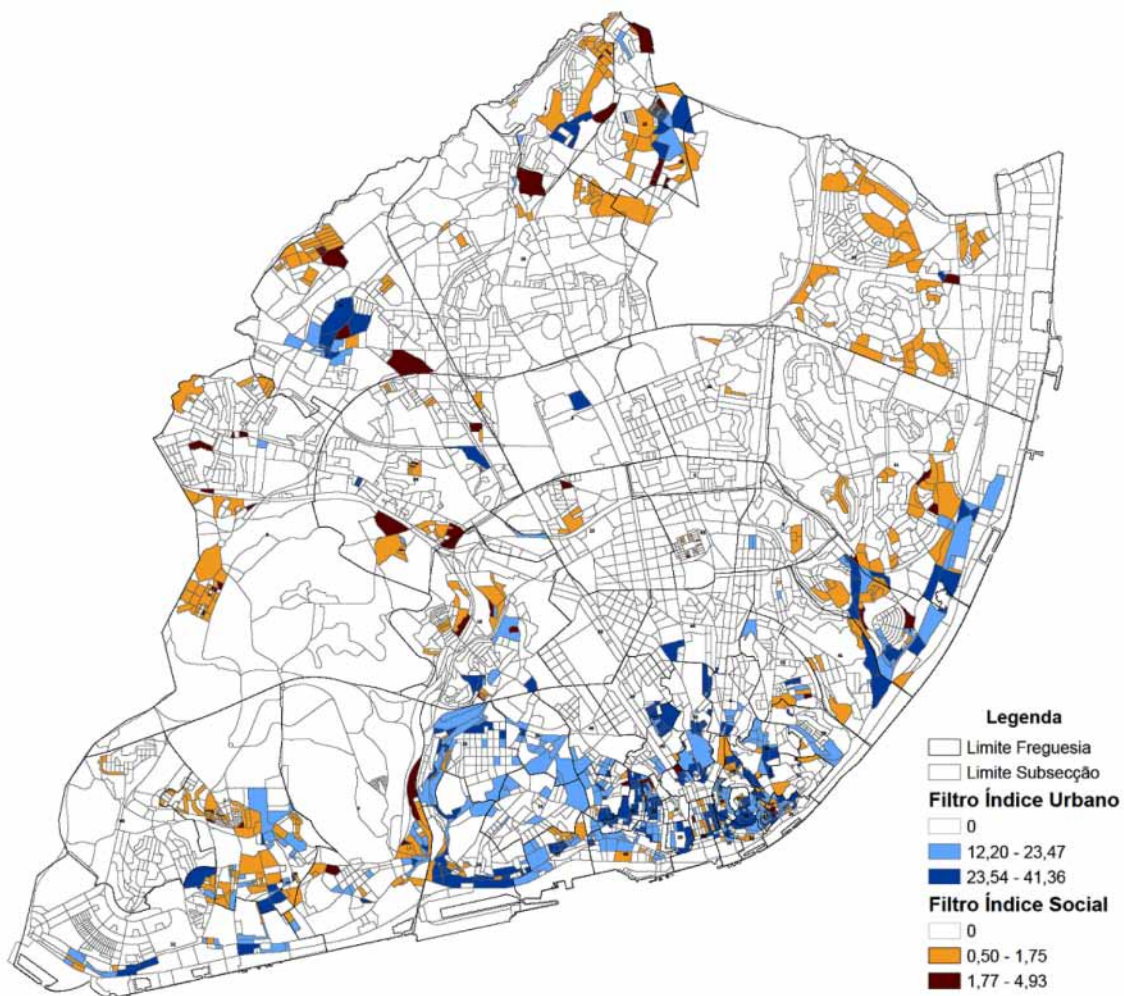
Mapa 14 – Índice Urbano

3.4. Construção do índice composto - fractura sócio-territorial de Lisboa

Para efeitos de delimitação dos BIP/ZIP (Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária) e dado que não obtivemos dados suficientes para construir um índice ambiental, partimos dos índices social e urbano e filtrámos os respectivos valores para apurar as zonas mais deficitárias, quer do ponto de vista sócio-económico, quer do ponto de vista urbanístico.

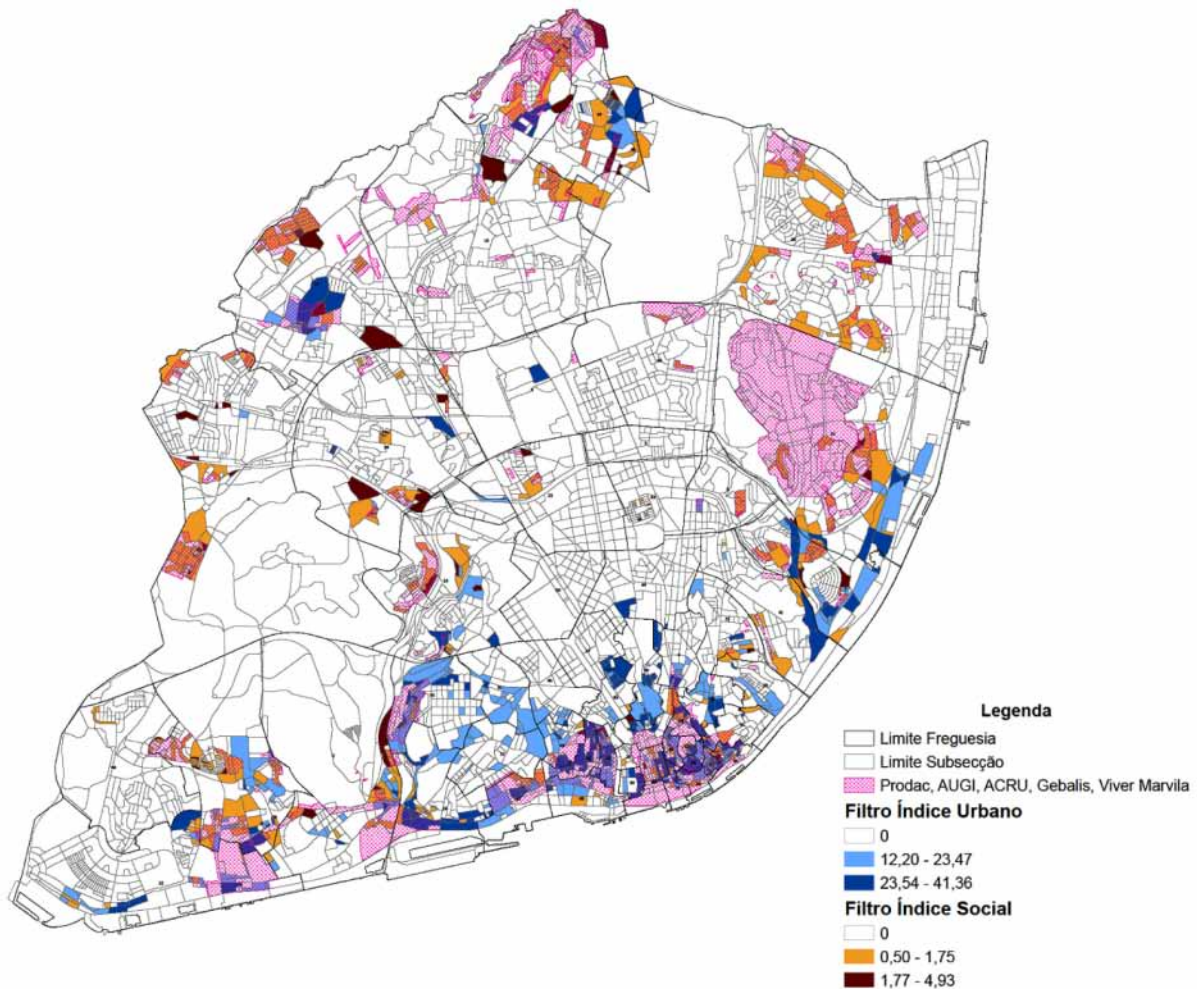


A carta do índice composto a partir dos valores mais elevados dos índices social e urbano é a que figura em baixo.



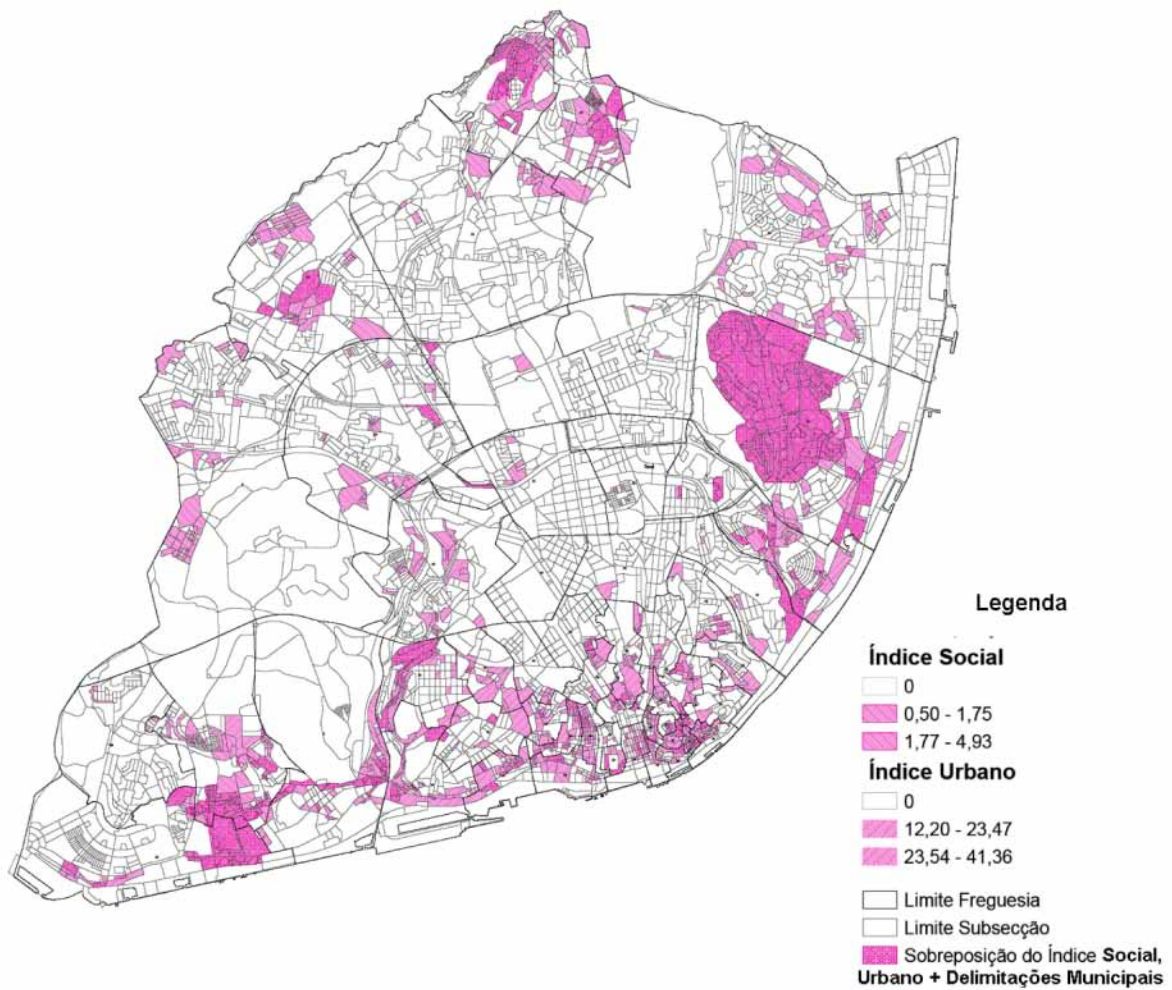
Mapa 15 – Índice Composto

Sobrepondo esta carta à carta das delimitações municipais referida no ponto 2 e expurgando o resultado, por filtragem manual, de subsecções (quarteirões) que não se enquadram na definição de Bairro de Intervenção Prioritária, obtém-se a carta seguinte:



Mapa 16 - Índice Social e Urbano + Delimitações Municipais

Esta mancha representa, de certo modo, aquilo a que chamámos fractura sócio-territorial da cidade de Lisboa, ou seja, a zona onde com a mais alta probabilidade iremos encontrar os bairros ou zonas da cidade com piores condições sociais, económicas e urbanísticas.



Mapa 17 - Fractura Sócio-territorial

4. Carta dos BIP/ZIP de Lisboa e consulta pública

Tendo em conta a carta da fractura sócio-territorial de Lisboa, o Grupo de Trabalho do PLH identificou um primeiro conjunto de 50 Bairros de Intervenção Prioritária.

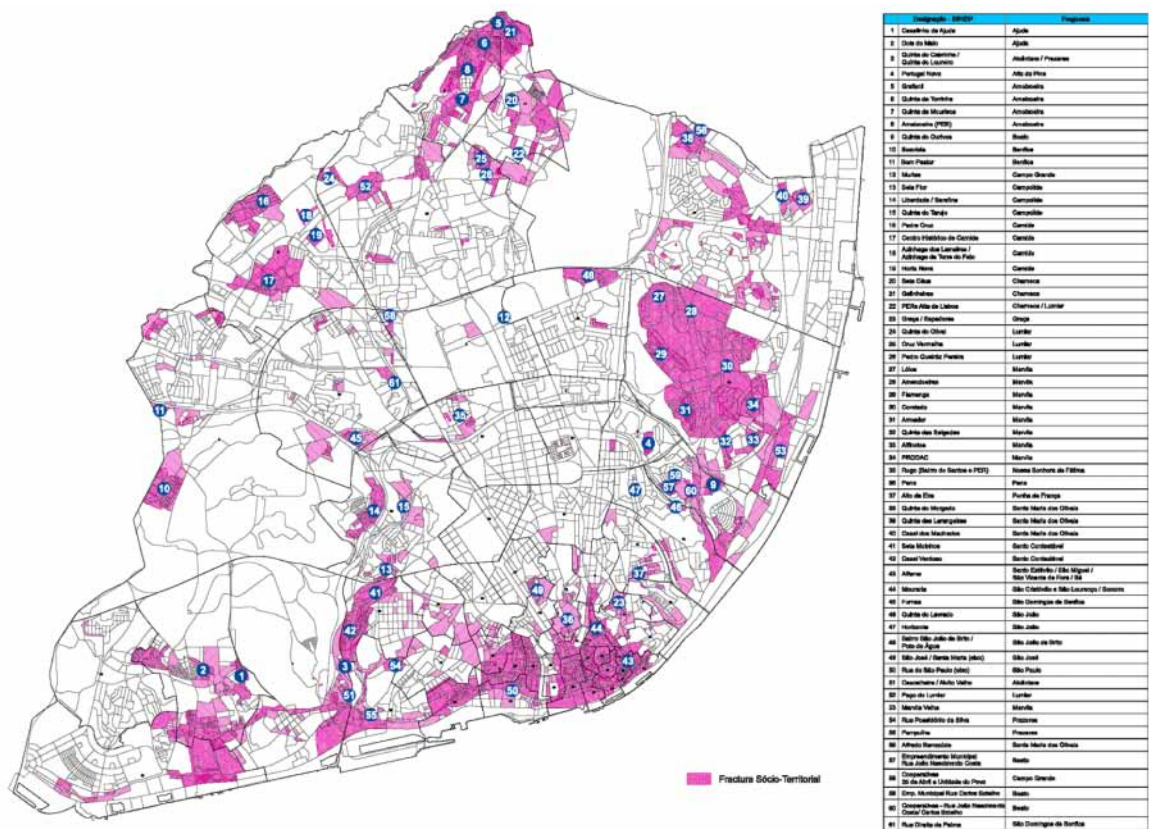
Esta fase do trabalho foi apresentada em três workshops, dos quais recebeu contributos:

1. O primeiro foi realizado a 23 de Abril, com técnicos dos serviços do Município ligados ao Urbanismo, Planeamento Urbano, Planeamento Estratégico, Habitação, Obras, Polícia Municipal, GEBALIS e EPUL, bem como membros das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Habitação e Urbanismo. Teve como convidados a Arq. Ana Pinho, Comissária da Carta Estratégica para a Habitação e os Professores Arq. Alexandre Alves Costa e Dr. José Henriques. Foram também convidados representantes dos bairros da Cova da Moura e Padre Cruz, que expuseram a sua experiência participativa em bairros críticos. Deste workshop resultou a necessidade de alargar o conceito de “bairro de intervenção prioritária” de forma a incluir zonas também carenciadas. Foi igualmente sublinhada a importância da relação entre juntas, moradores e técnicos municipais para obter o envolvimento dos interessados nas operações de intervenção prioritária a levar a efeito.
2. O segundo workshop, realizado a 16 de Junho, foi dirigido às Juntas de Freguesia e estiveram representadas 31 das 53 freguesias de Lisboa. Deste workshop resultou um alargamento da lista inicial de 50 BIP/ZIP, tendo as juntas presentes manifestado elevado interesse no desenvolvimento de parcerias com a CML para operações de intervenção nestes locais.
3. O terceiro workshop, realizado a 26 de Junho, foi dirigido a Associações e Comissões de Moradores de vários bairros da cidade, tendo contado com a participação de 21 organizações, que de modo geral manifestaram

disponibilidade para participar no programa dos BIP/ZIP, desde que haja financiamento e apoio técnico da CML. Foram também sugeridas mais algumas rectificações à Carta dos BIP/ZIP.

Com os contributos recolhidos, construiu-se a **Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP)** com 61 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa, a submeter à apreciação da CML, a consulta pública e à aprovação pela Assembleia Municipal.

Dos debates resultou a necessidade de encontrar formas de actuação expeditas e participadas, que deverão incluir o apoio técnico transversal e articulado dos serviços municipais envolvidos, a intervenção das Juntas de Freguesia e a participação das Associações de Moradores, colectividades, Organizações Não-Governamentais e movimentos de cidadãos que tenham actuação expressiva nos bairros e zonas em causa. Ficou também claro que a CML deveria prever, no quadro da execução financeira do Plano Director Municipal (PDM), uma verba anual para intervenções locais nos BIP/ZIP, a distribuir de acordo com as prioridades localmente definidas e segundo uma metodologia de orçamento participativo, a fim de garantir o envolvimento de todos os interessados.



Mapa 17 - Carta Dos BIP/Zip

A Carta dos BIP/ZIP foi submetida à deliberação da CML através da **proposta n.º 363/2010**, de 14 de Julho, tendo sido deliberado:

1. Aprovar, para efeitos de submissão a debate público até 30 de Setembro e posterior apreciação pela Assembleia Municipal, a proposta de Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP)
2. Aprovar o princípio da inclusão da Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP) na proposta de revisão do Plano Director Municipal, no âmbito das plantas de programação e execução financeira.
3. Desenvolver, com o envolvimento das Juntas de Freguesia que assim o desejarem, processos de participação cívica que incluam Associações de Moradores, colectividades e Organizações Não-governamentais que trabalhem localmente, com vista a lançar operações de requalificação/regeneração dos Bairros e Zonas Prioritárias identificados na Carta dos BIP/ZIP.

Ficha Técnica

A Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa para consulta pública foi elaborada pela seguinte equipa técnica:

Coordenação política: Vereadora Helena Roseta, pelouro da Habitação

Coordenação técnica: Eng^a Marta Sottomayor, Directora Municipal da Habitação

Grupo de Trabalho do PLH da Direcção Municipal de Habitação:

Arq. Teresa Ribeiro

Dr^a Emília Velasco

Dr^a Maria Victória

Arq. Rosa Leitão

Arq. Miguel Brito

Gabinete da Vereadora Helena Roseta:

Arq. Rui Franco

André Ferreira

Assessoria:

Eng^a Joana Martins

Prof. Arq. Alexandre Alves Costa

A equipa agradece a colaboração recebida de todos os técnicos municipais e da GEBALIS envolvidos no grupo de trabalho alargado, que permitiu a recolha de dados e a progressão da identificação dos BIP/ZIP.

Anexo – Deliberação 363/CM/2010 de 14 de Julho



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Helena Roseta

Deliberação 363/CM/2010 de 14 de Julho

Proposta de Carta dos Bairros e Zonas Prioritárias de Lisboa

Pelouro: Habitação

Serviços e Empresas Municipais: DMH, DPE, DMCRU, DMPU, DMASED, PM, DMAU, DMPO, GEBALIS, EPUL e SRU Ocidental

Considerandos

1. A Constituição da República Portuguesa estabelece como dever do Estado, no seu artigo 65º - Habitação e Urbanismo, “incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais”.

Foi neste sentido que o Programa Local de Habitação (PLH), ao definir a política municipal de habitação, não a reduziu ao parque habitacional edificado mas incluiu uma componente de inserção social e coesão territorial, fundamental na qualidade de vida das populações.

2. Assim surgiu, entre os objectivos da Proposta Estratégica do PLH, aprovados em 2009 pela CML e pela AML, o objectivo 2 – “Melhorar a qualidade da vida urbana e a coesão territorial.” Para o concretizar o PLH incluiu o Programa de Acção “Regeneração e Requalificação dos Bairros”, com um subprograma de acção intitulado “Regeneração de Bairros de Intervenção Prioritária”, com várias medidas sugeridas, entre as quais a medida 5.B.7 – “Identificação dos Bairros de Intervenção Prioritária e concretização de programas adequados de regeneração urbana”. Regeneração que deve ser feita, como refere o PLH, “com uma gestão de proximidade, inclusiva e intercultural, fomentando as boas práticas ambientais”.

3. Já no relatório de diagnóstico que encerrou a 1ª fase do PLH se referia que “a reabilitação urbana é um processo que não visa apenas áreas de interesse histórico, impondo-se cada vez mais a necessidade de uma espécie de *urbanismo de reciclagem*, capaz de pegar em territórios desordenados e promover a sua requalificação, numa óptica simultaneamente ambiental e social, ou seja, sustentável” (vide Relatório da 1ª fase do PLH, págs. 256 e seguintes).

4. O conceito e a metodologia de intervenção em bairros usualmente chamados “críticos” inspirou-se na Resolução do Conselho de Ministros 143/2005, de 7 de Setembro, que aprovou a Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”, consideradas decisivas na política de cidades. Segundo esta RCM, “Os programas de intervenção em cada bairro devem responder a problemas imediatos e, ao mesmo tempo, estimular a criação de novas



oportunidades a partir das potencialidades existentes através de soluções” desenvolvidas à luz de princípios orientadores, entre os quais se incluem a natureza exemplar, inovadora e experimental das intervenções, a viabilidade dos projectos a concretizar, a reabilitação e qualificação habitacional, urbanística e ambiental, a coordenação estratégica e a participação cívica dos moradores.

5. O PLH assumiu a designação de “bairro de intervenção prioritária” em vez de “bairro crítico”, tendo em conta que o agravamento da fractura socio-territorial é um fenómeno que o município deve combater e que é no quadro de políticas de proximidade bem articuladas com as juntas de freguesia e a iniciativa local que se podem viabilizar respostas a situações de emergência social e urbanística que são um desafio para o bem estar de toda a comunidade.

Metodologia

1. O grupo de trabalho do PLH (GTPLH), criado no âmbito da DMH, constituiu um grupo de trabalho alargado, com a presença de técnicos do DPP, DGSPH, DPE, DPU, Policia Municipal e GEBALIS. Este GT tinha por missão apresentar uma Proposta Preliminar de Identificação dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa em Maio de 2010 e submetê-la a validação interna e externa, a fim de poder ser incluída, na revisão do Plano Director Municipal, uma Carta dos Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa.

2. O GT definiu um conceito e uma metodologia para esta identificação, que incluiu recolha de dados, selecção de variáveis e indicadores estatísticos geo-referenciáveis, construção de índices compostos e produção de cartografia. As variáveis e indicadores seleccionados bem como as fórmulas de cálculo dos índices compostos, estão explanados na apresentação em anexo.

3. A proposta preliminar de identificação dos Bairros/Zonas Prioritárias elaborada pelo GTPLH e respectiva metodologia foram sujeitas a três crivos de debate:

- um Workshop aberto a técnicos dos serviços e empresas municipais das seguintes áreas: urbanismo, planeamento, habitação, polícia, obras, Gebalis, EPUL, realizado em 23 de Abril que teve como convidados os professores Arquitecto Alexandre Alves Costa e Dr. José Henriques, bem como a Comissária Arq. Ana Pinho, da Carta Estratégica de Lisboa.
- um Workshop dirigido aos Presidentes de Junta de Freguesia, realizado em 16 de Junho, com a presença de 31 das 53 freguesias de Lisboa.
- um Workshop dirigido às Associações e Comissões de Moradores de bairros de Lisboa, realizado em 26 de Junho, em que estiveram presentes 21 organizações.

4. Destes workshops resultaram várias rectificações da lista inicial de bairros identificados bem como a opção de se alargar a designação de “bairros prioritários”



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Helena Roseta

de forma a incluir outras morfologias, genericamente intituladas “zonas prioritárias”. A proposta final de Carta dos Bairros/Zonas Prioritárias de Lisboa, a submeter à aprovação dos órgãos competentes, é a que figura na planta anexa.

5. Destes debates resultou também a necessidade de encontrar formas de actuação expeditas e participadas, que deverão incluir o apoio técnico transversal e articulado dos serviços municipais envolvidos, a intervenção das Juntas de Freguesia e a participação das associações de moradores, colectividades, organizações não governamentais e movimentos de cidadãos que tenham actuação expressiva nos bairros e zonas em causa. Ficou também claro que a CML deveria prever, no quadro da execução financeira do PDM, uma verba anual para intervenções locais nos BIP/ZIP, a distribuir de acordo com as prioridades localmente definidas e segundo uma metodologia de orçamento participativo, a fim de garantir o envolvimento de todos os interessados.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Helena Roseta

Assim, proponho, ao abrigo do nº 2, alínea a) do artigo 64 da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro e da competência delegada no pelouro da Habitação prevista no ponto I – A – 2, alíneas a) e b) do Despacho de delegação de competências (Despacho 166/P/2009, publicado no BM de 03.12.2009), o seguinte:

1. aprovar, para efeitos de submissão a debate público até 30 de Setembro e posterior apreciação pela Assembleia Municipal, a proposta de Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP) anexa.
2. aprovar o princípio da inclusão da Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP) na proposta de revisão do Plano Director Municipal, no âmbito das plantas de programação e execução financeira.
3. desenvolver, com o envolvimento das Juntas de Freguesia que assim o desejarem, processos de participação cívica que incluam associações de moradores, colectividades e organizações não governamentais que trabalhem localmente, com vista a lançar operações de requalificação/regeneração dos bairros e zonas prioritárias identificados na Carta dos BIP/ZIP.
4. aprovar o princípio da previsão, em plano e orçamento municipais de 2011 e seguintes, de uma dotação anual que deverá ser repartida, através das respectivas Juntas de Freguesia, pelas operações BIP/ZIP onde existam parcerias de intervenção local definidas, segundo uma metodologia de orçamento participativo, de acordo com regras a definir pela CML.

Lisboa, 08 de Julho de 2010

A Vereadora

Helena Roseta

Anexos:

- Listagem dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP)
- Proposta de Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa

Documentos para consulta:

Metodologia de identificação dos BIP/ZIP

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1278934672W3rFQ9vp9Kd57OF1.pdf>

Relatório da 1ª fase do PLH

<http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1241813732P7eEM3zw5Vy23DV7.pdf>

Proposta Estratégica do PLH

<http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1248428677U6iAF4zk0Ba36ZN9.pdf>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Helena Roseta

Listagem dos BIP/ZIP por Freguesias:

Freguesia/s	Designação - BIP/ZIP	N °
Ajuda	Casalinho da Ajuda	1
	Dois de Maio	2
Alcântara	Cascalheira / Alvito Velho	5 1
Alcântara / Prazeres	Quinta do Cabrinha /	3
	Quinta do Loureiro	
Alto do Pina	Portugal Novo	4
	Grafanil	5
Ameixoeira	Quinta da Torrinha	6
	Quinta da Mourisca	7
	Ameixoeira (PER)	8
	Quinta do Ourives	9
Beato	Empreendimento Municipal da Rua João Nascimento Costa	5 7
	Empreendimento Municipal da Rua Carlos Botelho	5 9
	Cooperativas da Rua João Nascimento Costa e Rua Carlos Botelho	6 0
Benfica	Boavista	1 0
	Bom Pastor	1 1
Campo Grande	Murtas	1 2
	Cooperativas - 25 de Abril e Unidade do Pov	5 8
Campolide	Bela Flor	1 3
	Liberdade / Serafina	1 4
	Quinta do Tarujo	1 5
Carnide	Padre Cruz	1 6
	Centro Histórico de Carnide	1 7
	Azinhaga dos Lameiros /	1 8
	Azinhaga da Torre do Fato	
	Horta Nova	1 9
Charneca	Sete Céus	2 0
	Galinheiras	2 1
Charneca / Lumiar	PERs Alta de Lisboa	2 2
Graça	Graça / Sapadores	2 3
Lumiar	Quinta do Olival	2 4
	Cruz Vermelha	2 5
	Pedro Queiróz Pereira	2 6
	Paço do Lumiar	5 2
	Lóios	2 7
Marvila	Amendoeiras	2 8
	Flamenga	2 9
	Condado	3 0
	Armador	3 1
	Quinta das Salgadas	3 2
	Alfinetes	3 3
	PRODAC	3 4
	Marvila Velha	5 3
	Nossa Senhora de Fátima	Rego (Bairro de Santos e PER)
Pena	Pena	3 6
Penha de França	Alto da Eira	3 7
Prazeres	Rua Possidónio da Silva	5 4
	Pampulha	5 5
Santa Maria dos Olivais	Quinta do Morgado	3 8
	Quinta das Laranjeiras	3 9
	Casal dos Machados	4 0
	Alfredo Bensaúde	5 6
Santo Contestável	Sete Moinhos	4 1
	Casal Ventoso	4 2
Santo Estêvão / São Miguel / São Vicente de Fora / Sé	Alfama	4 3
São Cristóvão e São Lourenço / Socorro	Mouraria	4 4
São Domingos de Benfica	Furnas	4 5
	Rua Direita da Palma	6 0
São João	Quinta do Lavrado	4 6
	Horizonte	4 7
São João de Brito	Bairro São João de Brito / Pote de Água	4 8
São José	São José / Santa Marta (eixo)	4 9
São Paulo	Rua de São Paulo (eixo)	5 0